



Artigo da professora Mariana Patrício, da Letras, mergulha na polêmica criada pelo *youtuber* Felipe Neto e defende a importância da literatura para adolescentes

FALTA DE AULAS PRÁTICAS PREOCUPA PROFESSORES E ALUNOS

Página 7

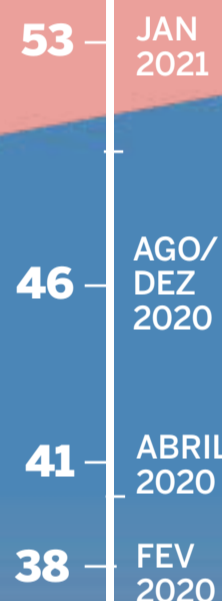
#VACINA JÁ



#IMPEACHMENT JÁ

SOBE A MARÉ DO IMPEACHMENT

Impeachment não é milagre, nem acontece da noite para o dia. Depende de um complexo jogo de marés onde oscilam política, economia e pressão popular. Nas últimas semanas, os ventos começaram a mudar. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto Atlas, 53% dos brasileiros rejeitam o desgoverno Bolsonaro. O percentual era de 43% no começo da pandemia, em abril. O que piorou de lá para cá? Tudo. Sem política sanitária, com um presidente negacionista que despreza a Ciência, flerta com a morte e faz chacota da dor alheia, os brasileiros já enterraram mais de 220 mil compatriotas. Em quatro páginas, o *Jornal da AdUFRJ* analisa a os novos ventos da cena política, reflete sobre as possibilidades de impeachment e mostra que a esperança de dias melhores não acaba na segunda-feira, com a eleição do novo presidente da Câmara — a quem cabe dar início a um processo de impedimento contra o ocupante do Palácio do Planalto. A esperança em dias melhores depende — e muito — da mobilização popular. Domingo tem mais carreatas em todo o país. É mais uma chance de gritar #ForaBolsonaro e #VacinaJá e fazer essa maré subir cada vez mais. Páginas 2, 3, 4 e 5



*TÁBUA DA REJEIÇÃO (%)

EDITORIAL

O QUE A VACINA REPRESENTA PARA A UNIVERSIDADE?

DIRETORIA

Começou. Mesmo com toda a sabotagem do presidente e parte de sua equipe, com o desastre na condução das nossas relações internacionais, e com as restrições materiais causadas pela própria pandemia, foi dada a largada na vacinação brasileira. No momento em que esse editorial está sendo escrito, temos aproximadamente 1,1 milhão de pessoas já vacinadas, e algo em torno de 7 milhões de doses em estoque. Ainda é pouco perto das mais de 300 milhões de doses necessárias para imunizar toda a população, mas já é um sopro de esperança.

E onde isso deixa a universidade? Essa é uma pergunta que exige bastante reflexão, pois 2021 será um ano de transição: dada a velocidade intermitente com que as empresas conseguem produzir e entregar as doses e nossos próprios problemas de logística e diplomacia, dificilmente chegaremos ao final do ano com toda a população imunizada. Isso se refletirá de forma marcante na nossa comunidade universitária, pois passaremos vários meses com um “gradiente” de vacinação, ou seja, com algumas pessoas que já haverão recebido as duas doses (profissionais da linha de frente, servidores mais idosos), outras que terão sido inoculadas apenas uma vez (professores e técnicos de meia-idade), e ainda outras que não terão sido vacinadas (servidores mais jovens, alunos). É perfeitamente natural que seja assim, mas como equacionar isso para que o retorno presencial seja o mais tranquilo possível?

Superposta a esse gradiente de vacinação, temos ainda a questão das enormes diferenças entre as demandas presenciais das unidades. Cursos que, por exemplo, envolvam muitas horas em laboratórios ou requeiram atividade corporal, certamente têm uma urgência maior na retomada presencial do que cursos



onde a atuação é mais teórica e acadêmica. Isso sugere uma saída escalonada do ensino remoto, com algumas unidades já, quem sabe, fazendo atividades presenciais em 2021.1, enquanto outras talvez tenham de aguardar até 2022.1. Aqui é importante salientar que a nossa “fila” do retorno ao presencial não necessariamente coincide com a fila da vacina do SUS, e teremos de lidar com isso também.

Por fim, não é demais lembrar que a UFRJ, nas suas esferas institucionais, não lidou bem com a pandemia. As discussões nos conselhos foram muito renhidas e a solução final – com três semestres em um único ano – foi, para dizer o mínimo, contraproducente. Bom, temos o ano inteiro para fazer melhor dessa vez. Vamos à luta.

PROPOSTA DO GT DE EQUIDADE DE GÊNERO VAI AO CONSUNI

Na primeira reunião de 2021, o Conselho de Ensino de Graduação (CEG) da UFRJ avaliou uma proposta de resolução formulada pelo Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero. A proposta prevê a flexibilização da carga horária dos professores que estejam no papel de cuidador de crianças, idosos e pessoas com transtornos mentais. O CEG decidiu que a resolução deve ser levada ao Conselho Universitário (Consuni) e, mesmo sem votá-la, ressaltou a importância da discussão a respeito dos efeitos da parentalidade e do trabalho de cuidador para professoras, técnicos e estudantes.

O que justificou a decisão do CEG foi a redação da proposta de resolução, criticada por alguns membros do conselho. Com 18 considerações, o texto fala em flexibilização facultativa da carga horária de docentes cuidadores das “Instâncias Acadêmicas, referentes ao Ensino Básico, à Graduação e à Pós-graduação”. A menção à pós-graduação foi uma das críticas, já que decisões sobre a pós-graduação cabem ao CEPG.

Professora do Instituto de Química, Mônica Cardoso, propôs que a resolução não fosse debatida pelo conselho. “Eu acho que essa resolução não tem condição de ser votada hoje. Ela deve ser submetida à legislação do Consuni”, defendeu a conselheira, que reconheceu a importância da proposta e do trabalho do GT.

A professora Gizele Martins, coordenadora do GT Parentalidade e Equidade de Gênero, defendeu a proposta. “Não imagino a resolução causando danos à UFRJ. Pelo contrário, consigo ver a UFRJ demonstrando responsabilidade social ao aprovar a resolução”. Ela explicou também que a mesma proposta vai ser apresentada ao CEPG, e que propostas semelhantes vão ser formuladas pelo GT para tratar da flexibilização da carga horária dos técnicos e dos estudantes.

A conselheira Rita de Cássia Gomes, representante dos técnicos, estruturou melhor a recomendação de levar o texto para o Consuni. “Acredito que esta resolução, pela sua importância, deve voltar ao GT para ser mais bem amarrada. E como ela abarcará os três segmentos, ela deve ser discutida pelo Consuni”, defendeu a conselheira.

(Lucas Abreu)



#VACINAJÁ

#IMPEACHMENTJÁ



ELEONORA ZILLER
Presidente da AdUFRJ,
professora da Faculdade
de Letras da UFRJ

MAS, E O QUE FALTA PARA O IMPEACHMENT?

“É possível que Bolsonaro possa restaurar o seu governo? Bom, ele ainda tem alguma popularidade e tem a chave do cofre, embora esta não seja uma operação fácil. Ocorrendo o pior cenário, que é a vitória de Arthur Lira, e uma recomposição do governo numa reforma ministerial que acalme a voracidade do centrão por cargos e verbas, ainda haveria a possibilidade de impeachment? Para aqueles que possuem um mínimo de consciência democrática e compromisso com a sociedade, esse governo é uma excrescência que ultrapassou há tempos todos os limites aceitáveis.

Uma vez perguntaram ao Roberto Schwarz qual seria para ele o significado de “periferia”, por conta de seu livro *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Ele respondeu de modo muito sintético algo como: país periférico é aquele que não engendra o seu próprio futuro. Não tenho certeza se a frase foi exatamente assim, mas lembro que na época me provocou certa irritação. Já não estávamos mais na década de 1990, quando o livro fora publicado, mas em pleno século XXI, com os promissores anos do governo do PT acenando para um novo posicionamento internacional do Brasil no concerto das nações, com as grandes articulações com os países do BRICS e o sonho de uma nova ordem mundial. Entretanto, a partir de 2013, com as revelações do Snowden sobre os programas secretos de vigilância dos EUA, e tudo que ocorreu a partir de 2016, a fala de Schwarz voltava a me instigar.

A eleição de Bolsonaro na esteira de Trump e Steve Bannon deu contornos ainda mais dramáticos ao que passamos a viver no Brasil. O bordão de sua campanha presidencial, “vamos acabar com tudo isso que está aí”, vem sendo cumprido à risca, num acelerado processo de destruição sistemática da nação, sem paralelo na história do país. A condição de subalternidade da política externa brasileira nunca esteve tão evidente, com a exposição orgulhosa de nossa condição periférica, ou pior, de província, colônia ou mesmo de quintal dos EUA, pelo arremedo de chanceler, o sr. Ernesto Araújo. O compasso de espera que se formou para a eleição do Biden deixou a sensação ainda mais forte de que o nosso futuro continua sendo jogado alhures.

Em recente artigo na edição 1162 do *Jornal da AdUFRJ*, Josué Medeiros ressaltou que a derrota eleitoral de Trump não significava a derrota política do trumpismo, e que ela, por si só também não tem força para resolver o imbróglio que estamos metidos por aqui com o bolsonarismo, e nisso estamos de acordo. Mas é inegável que, desde a posse do Biden, o

barco do presidente furou e está entrando água. Para atravessar a tempestade e evitar o naufrágio, o vice-presidente já anunciou que é necessário jogar alguma carga ao mar, e ao que parece, o primeiro a ser lançado será Ernesto Araújo (isso se Mourão não estiver se arriscando numa articulação para jogar a carga mais pesada ao mar, ou seja, o capitão). Os conglomerados da mídia também acirram suas campanhas e é previsível que, se o governo conseguir emplacar Arthur Lira na presidência da Câmara, tenhamos mais homens ao mar. O fiel escudeiro da Saúde poderá ter também sua cabeça entregue para que o centrão ocupe seu lugar no restouro da embarcação.

Então, num primeiro olhar, é possível que Bolsonaro possa restaurar o seu governo? Bom, ele ainda tem alguma popularidade e tem a chave do cofre, embora esta não seja uma operação fácil. Ocorrendo o pior cenário, que é a vitória de Arthur Lira, e uma recomposição do governo numa reforma ministerial que acalme a voracidade do centrão por cargos e verbas, ainda haveria a possibilidade de impeachment? Para aqueles que possuem um mínimo de consciência democrática e compromisso com a sociedade, esse governo é uma excrescência que ultrapassou há tempos todos os limites aceitáveis. Mas, ao que parece, ele não ultrapassou a linha principal que o mantém no cargo: a defesa do *laissez-faire* para a concentração de renda e a manutenção da impopular agenda neoliberal no Congresso. Se ele mantiver o avanço privatista, faz o serviço sujo e libera alguns candidatos de levantar bandeiras eleitoralmente inconvenientes em 2022. Mas para esses candidatos, para que o plano desse certo, seria preciso deixar que o presidente sangrasse até ser inviabilizado como candidato à reeleição, o que parece ser hoje um risco muito grande.

Apesar de termos muita convicção sobre a necessidade do impeachment, ainda temos muitos empecilhos pela frente. Como confrontar os exércitos de robôs que sedimentam o consenso ultraconservador e mantêm viva a circulação de fake news que destilam ódio, desin-

formação e confundem a população? Como enfrentar o poderio crescente das milícias e dos pastores nas comunidades? Como organizar protestos e dar forma à nossa insatisfação sem provocar grandes aglomerações? Há caminhos e precisamos descobri-los. A combinação de inépcia e perversidade do governo no enfrentamento à pandemia é única no mundo. O que ocorreu em Manaus é matéria mais do que suficiente para caracterizar a responsabilidade do governo federal diante de tantas mortes, além de ser um alerta muito plausível do risco que todos corremos com um governo como esse. Mas parece que a campanha lava-jatista deixou marcas indeléveis em nossa cultura, fazendo com que a compra do leite condensado tenha efeitos mais devastadores na base bolsonarista do que as mortes evitáveis por falta de oxigênio hospitalar.

A carreta do dia 23 apontou alguns caminhos. As frentes que hoje reúnem as centrais sindicais, confederações, federações, sindicatos e os movimentos sociais ainda podem render um movimento da maior significação nesse momento. Cresce o entendimento de que é necessária a construção de grandes bandeiras nacionais propositivas, que sejam percebidas pela população como a possibilidade de reversão da fragilidade e da miséria que todos vão sendo estrangulados a viverem. Vacina já, universal e gratuita, e a volta do auxílio emergencial são fundamentais nesse momento, pois vão além das bandeiras corporativas de cada categoria profissional. Cabe a nós a responsabilidade de encarnarmos essa grande tarefa de unidade, dar forma e cor a ela, de ponta a ponta nesse imenso país. Ainda que não tenhamos todas as cartas nas mãos e que parte do jogo esteja sendo jogado sem a gente.

EDUCAÇÃO TEM VALOR

O GOVERNO GASTOU MAIS DE R\$ 15 MILHÕES COM LEITE CONDENSADO

com esse recurso é possível manter 870 estudantes com bolsa de mestrado por um ano

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ENTRE A CIÊNCIA E O LEITE CONDENSADO, QUAL A PRIORIDADE?

Enquanto gastou mais de R\$ 15 milhões com a compra da iguaria predileta do presidente — custo anual de 870 bolsas de mestrado —, o governo federal cortou quase 70% da cota de importação de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica, vitais no combate ao coronavírus. Bolsonaro ceifou 17,5% do orçamento das universidades federais para 2021 e bloqueou recursos do FNDCT (assine a petição online).

DERRUBAR OS VETOS FNDCT!

O FUNDO BRASILEIRO PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

ASSINE A PETIÇÃO ONLINE!
www.change.org/FNDCTsemvetos

CARREATA #FORA BOLSONARO

E PELA VACINAÇÃO JÁ!

VENHA COM SEU CARRO, BICICLETA OU MOTOR!

31/01 ÀS 10H

CONCENTRAÇÃO NA GLÓRIA:
AV. AUGUSTO SEVERO, ENTRE PRAÇA PARIS E FEIRA DA GLÓRIA

A CARREATA SEGUIRÁ ATÉ A ORLA DE COPACABANA E DEPOIS SE ENCERRARÁ NO INÍCIO DO ATERRADO

#VACINAJÁ #IMPEACHMENTJÁ

BOLSONARO AO SABOR DA MARÉ

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

> Inação no combate à pandemia, desprezo pela vida e crise econômica elevam a temperatura dos protestos pelo impeachment do presidente, da esquerda à direita em todo o país

O último final de semana foi uma demonstração de que os ventos do impeachment de Bolsonaro começam a mudar. No sábado (23), a esquerda tomou as ruas com milhares de pessoas em carreatas por todo o Brasil. Só no Rio, a fila de carros atingiu quatro quilômetros de extensão (veja as fotos nesta página e na seguinte). Novos atos estão previstos para os próximos dias. No dia 31, às 10h, outra carreta organizada pelo Comitê em Defesa da Vida do Rio de Janeiro vai cruzar a Zona Sul da cidade. A concentração será na Glória. A manifestação vai percorrer a orla de Copacabana e terminar no Aterro do Flamengo. Desta vez, além de defender vacina para todos e exigir o impeachment, a manifestação também engloba pautas como o retorno do auxílio emergencial, a defesa dos empregos e a crítica à privatização da Cedae.

Já o dia 1º de fevereiro está marcado como Dia Nacional de Lutas, com ato em Brasília e marches nas redes sociais. A data marca as eleições do Senado e da Câmara, que podem aumentar ou diminuir a força de Bolsonaro. “Vamos ter que trabalhar com o cenário que temos. E, até o momento, tudo indica que o Arthur Lira (candidato do governo) vai vencer a eleição na Câmara. O Centrão neste momento está comprometido com Bolsonaro. Então, é fundamental aumentar a adesão social pelo impeachment. A mobilização de toda a sociedade é central”, avalia o professor Josué Medeiros, cientista político e diretor da AdUFRJ.

Pela primeira vez, a direita também se manifestou pelo impeachment de Bolsonaro. Os protestos aconteceram no domingo (24). Os grandes jornais também endurecem seus editoriais contra o governo. “São atores importantes que se somam para o enfraquecimento do governo. Hoje, a esquerda sozinha não tem força para retirar Bolsonaro. É importante que outros setores também comecem a defender esta pauta”, argumenta Josué.

Neste sentido, os gastos exorbitantes com alimentação das pastas vinculadas ao Executivo – principalmente o Ministério da Defesa – podem ajudar no desgaste de Bolsonaro, avalia o professor. “Podem trazer outros setores liberais que não são de esquerda, sobretudo se fizermos algumas comparações. O

orçamento do CNPq é de R\$ 22 milhões. Só de biscoito foram mais de R\$ 50 milhões. Como assim? Os cortes na Educação, na Ciência, em áreas absolutamente estratégicas são cada vez maiores. Não existe um projeto de nação. Tudo neste governo é destruição”, afirma.

O desprezo pela Ciência, a pandemia completamente fora de controle e a crise do oxigênio em Manaus ajudam a compor essa “tábua das márs” do impeachment. Que é reforçada pela irrisória quantidade de vacinas disponíveis para imunizar a população brasileira. Bolsonaro age como amigo do vírus. Promove aglomerações, defende tratamento precoce inexistente, resiste ao uso de máscara, descredita a Ciência e a vacina, corta recursos de pesquisa. Nesta quinta-feira (28), em visita ao Nordeste, Bolsonaro voltou a incentivar as pessoas a romperem o isolamento social: “O povo brasileiro é forte e não tem medo do perigo”, disse ele, em discurso na cidade sergipana de Propriá, após inaugurar uma ponte.

“Não faltam motivos para o impeachment”, afirma a professora Esther Dweck, do Instituto de Economia. “Toda a condução da crise sanitária é um absurdo. Para piorar, no meio da pandemia, o governo volta com o teto de gastos, corta investimentos em várias áreas estratégicas, corta o auxílio emergencial, nega a vacina”, elenca. Para a docente, o Brasil continuará em recessão justamente por essas escolhas do governo federal. “Há um conjunto muito grande de crimes de responsabilidade e a economia vai continuar patinando porque o governo retira estímulos”, acredita.

Bolsonaro ainda tem um tripé forte a seu favor, segundo avalia a professora. “O setor financeiro não quer tirar Bolsonaro, porque ele não interfere no que o Paulo Guedes (Ministro da Economia) faz. O setor financeiro segue ganhando muito dinheiro na crise. Outro elemento é a base de apoio no Congresso, que Bolsonaro conseguiu reorganizar com trocas e emendas parlamentares. Por fim, os militares correspondem ao terceiro fator contra o impeachment”.

Mas Esther sugere um caminho. “Com o orçamento de

2021 mais apertado, Bolsonaro terá menos capacidade de pagar emendas aos parlamentares. Isso pode acabar reduzindo seu apoio na Câmara”, avalia. Outro ponto importante é a perda de popularidade do presidente. “A piora da economia pode contribuir para isso e, sem dúvida, a mobilização social é central”.

A opinião da professora Mayra Goulart, do Departamento de Ciência Política do IFCS, é um pouco diferente. “O impeachment é um instituto intrínsecos políticos. A insatisfação social é uma das variáveis. A meu ver, sequer é a mais importante”, afirma. “O processo de eleição da Câmara é muito interessante, vemos que não há discussão que envolva política pública e sociedade em torno dos candidatos. E o impeachment é muito semelhante nesse sentido”, avalia. “Na dinâmica entre as forças políticas, Bolsonaro está nadando de braçada na oposição. Tudo indica que ele sairá fortalecido da eleição na Câmara”.

Outro ponto destacado pela especialista é o que chamou de “fomento de traições”. “Há uma decisão de partido, mas ela é deslegitimada por uma dinâmica de apoios individuais. Comprar deputado por deputado é muito mais caro. Essa dinâmica aumenta muito o custo das negociações individuais daqui para frente”, considera. “Além de drenar a concepção de liderança partidária, ele está construindo uma camisa de força para si mesmo. Se não houver capital suficiente, ele pode perder o apoio conquistado”, finaliza.



FOTOS: ALESSANDRO COSTA



TOMALÁ, DÁ CÁ POR VOTO NA CÂMARA

> Bolsonaro interfere diretamente na eleição para a sucessão de Rodrigo Maia, oferecendo cargos e verbas a parlamentares que apoiem seu candidato, o alagoano Arthur Lira (PP)

ALEXANDRE MEDEIROS
comunica@adufrrj.org.br

Com farta distribuição de cargos na máquina pública — incluindo uma promessa de reforma ministerial — e de verbas para emendas parlamentares, o Palácio do Planalto joga todas as suas fichas na vitória de Arthur Lira (PP-AL) para a presidência da Câmara dos Deputados, na eleição que ocorre na próxima segunda-feira. Acuado pela queda de sua popularidade, pela inépcia de seu governo no combate à pandemia de covid-19 e pela crescente mobilização popular em defesa de seu impeachment, o presidente Jair Bolsonaro quer que Lira, líder do Centrão, faça exatamente o que fez o atual presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ): deixar na gaveta os 57 pedidos de impedimento que podem abreviar o fim de seu desgoverno.

Ou melhor, 58. Nesta quarta-feira (27), os partidos PCdoB, PDT, PSB, PSOL, PT e Rede apresentaram um novo pedido de impeachment contra Bolsonaro por “crimes de responsabilidade em série” na condução do enfrentamento ao coronavírus. Foi o 63º requerimento em pouco mais de dois anos de governo — cinco foram arquivados. Na mesma quarta-feira, Arthur Lira se apressou em dizer que a pandemia “não pode ser usada para provocar o impeachment do presidente Jair Bolsonaro”.

A deflagração ou não de um processo de impeachment contra Bolsonaro é um tema central na eleição de segunda-feira. Se Lira

tratou de sepultar previamente o assunto, seu principal oponente, o deputado Baleia Rossi (MDB-SP), apoiado por Maia, pisou em ovos ao abordá-lo nas entrevistas que concedeu ao longo desta semana. Em uma delas, no programa Roda Viva, da TV Cultura, na segunda-feira (25), foi evasivo e disse apenas que vai cumprir sua função como presidente da Câmara e, caso eleito, irá analisar os pedidos que estão na gaveta. É isso o que esperam os partidos que o apoiam, como os signatários do pedido número 63.

Marcada pela influência direta do Poder Executivo, que liberou ao menos R\$ 3 bilhões para 250 deputados e 35 senadores, segundo denúncia do Estadão nesta quinta-feira (28), a eleição de segunda-feira tem ainda uma marca indelével: a traição. Como já chega a ser “tradição” em votações secretas no Congresso, os dois lados tentam atrair dissidentes. O DEM, partido de Maia, fechado e apoiado por Baleia Rossi, já computava deserções na bancada baiana esta semana. Já o PSL, que chegou a apoiar Baleia Rossi, se bandeou em peso para os lados de Arthur Lira, seduzido pelas promessas palacianas.

Até o fechamento desta edição, a disputa ainda mostrava certo equilíbrio. Baleia Rossi contava com o apoio de 11 legendas — em tese, 238 deputados. Lira também tinha a sustentação de 11 siglas, somando 259 parlamentares. O peso de cada bloco é importante porque define cargos na mesa diretora, nas comissões (como a poderosa CCIJ, a Comissão de Constituição e Justiça, por exemplo) e no Conselho de Ética da Casa. Disputa acirrada

Nesse intrincado xadrez político, em que por vezes situação e oposição se confundem, uma coisa é certa: o peso da pressão popular, que cresce a cada dia, será fundamental para definir a pauta do Congresso a partir de 1º de fevereiro. As cenas da carreta de sábado (23) no Rio de Janeiro, que ilustram essas duas páginas, se repetiram em diversas cidades do país. E elas foram promovidas não só por partidos de oposição e movimentos de esquerda, mas também por grupos que lideraram atos pela derrubada de então presidente Dilma Rousseff em 2016, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Seja qual for o resultado da eleição de segunda-feira, o “Fora Bolsonaro” parece cada vez mais forte.

em que até parlamentares licenciados que estão em governos devem reassumir seus mandatos por um dia para votar — casos, por exemplo, do ministro da Cidadania, Onyx Lorenzoni (em Lira), e do secretário municipal de Cidadania do Rio, Marcelo Calero (em Baleia Rossi).

Partido de forte oposição ao governo Bolsonaro, o PSOL ficou de fora do bloco de apoio ao candidato do MDB. Os dez deputados da sigla se dividiram, parte defendendo a candidatura própria, e parte o apoio a Baleia Rossi. Venceu a tese da candidatura própria — a indicada é Luiza Erundina —, mas a paz não foi selada de imediato. A própria Erundina, pelo Twitter, criticou a posição dos que defendiam o apoio ao candidato do MDB já no primeiro turno, acusando-os de fisiologismo. Parlamentares da legenda, como Marcelo Freixo, Sâmia Bomfim e Fernanda Melchionna, por sua vez, criticaram a postura de Erundina.

Já no Senado Federal, que também elege seu próximo presidente na segunda-feira, a disputa está entre Rodrigo Pacheco (DEM-MG), apoiado por Bolsonaro e pelo atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e Simone Tebet (MDB-MS). Pacheco está em franca vantagem e na quinta-feira (28), Simone Tebet perdeu o apoio do partido e manteve sua candidatura como independente no pleito. Em troca da rasteira, o MDB ficaria com mais espaço na mesa diretora, possivelmente ocupando a vice-presidência. Pacheco tem o apoio até de partidos de oposição a Bolsonaro, como o PT e o PDT, que não enxergaram em Simone um nome competitivo e decidiram marchar com o candidato do Planalto.

Nesse intrincado xadrez político, em que por vezes situação e oposição se confundem, uma coisa é certa: o peso da pressão popular, que cresce a cada dia, será fundamental para definir a pauta do Congresso a partir de 1º de fevereiro. As cenas da carreta de sábado (23) no Rio de Janeiro, que ilustram essas duas páginas, se repetiram em diversas cidades do país. E elas foram promovidas não só por partidos de oposição e movimentos de esquerda, mas também por grupos que lideraram atos pela derrubada de então presidente Dilma Rousseff em 2016, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua. Seja qual for o resultado da eleição de segunda-feira, o “Fora Bolsonaro” parece cada vez mais forte.

CONTRA INTERVENÇÃO

INTERVENTORA PROÍBE PROTESTO DOS ESTUDANTES NA UFRS

KELVIN MELO
kelvini@adufrrj.org.br

Alunos da Universidade Federal Rural do Semiárido (Ufersa), sob intervenção do governo Bolsonaro desde agosto do ano passado, foram proibidos de realizar protestos na cerimônia virtual de colação de grau dos cursos, no início de janeiro. A história da instituição de Mossoró (RN) é o destaque desta terceira reportagem da série do **Jornal da AdUFRJ** sobre a resistência das comunidades acadêmicas aos desmandos do presidente.

A determinação de censura prévia partiu da reitora Ludimilla de Oliveira, terceira colocada na eleição realizada em junho de 2020, com 18,33% dos votos. O professor Rodrigo Codes, que recebeu 35,55% dos votos era o primeiro nome da lista triplíce.

De acordo com a portaria da

administração central, os alunos participantes da cerimônia deveriam abster-se de realizar “protestos de qualquer natureza”. Caso contrário, poderia ser instaurado procedimento apuratório. Ao final, os estudantes poderiam ser advertidos, suspensos ou até mesmo desvinculados da Ufersa.

A juíza federal Lianne Pereira entendeu que a portaria consistia em censura prévia e indefinida, excedendo o regimento interno da universidade, e deferiu liminar contra a regra. Já a professora Ludimilla disse que o documento buscava a “manutenção da ordem”, conforme prescrito no regimento. Após a decisão judicial, a cerimônia foi suspensa e a reitoria mudou o procedimento de colação de grau, eliminando a solenidade virtual pública.

“O que a gente percebe como padrão é uma extrema indisposição ao debate público e



REPRODUÇÃO

democrático com quem pensa diferente. Isso está presente em cada ato”, afirma o professor Thiago Arruda Queiroz, vice-presidente da associação docente local, a Adufersa. O professor observa que o conselho universitário tem conseguido funcionar como instância de representação da comunidade, apesar da condução “muito problemática” dos trabalhos pela reitora nomeada.

Para Thiago, em função das intervenções ocorridas em outras instituições, a nomeação da professora Ludimilla não chegou a ser uma surpresa. “Não fomos os

primeiros nem os últimos. É um processo nacional e sistemático de aparelhamento político-ideológico das universidades”, critica.

O sindicato não ficou parado. Mesmo na pandemia, a Adufersa realiza lives, atos simbólicos com poucas pessoas e divulga notas contra as atitudes da reitora. A decisão judicial que reverteu a intervenção bolsanarista do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) — e divulgada na edição anterior do **Jornal da AdUFRJ** — deu novo ânimo para a defesa da autonomia universitária. “Essa vitória do

instituto foi muito importante. Demonstra a capacidade de reverter uma intervenção”, diz.

O professor Rodrigo Codes, eleito pela comunidade da Ufersa, reforça que os órgãos superiores têm funcionado com bastante dificuldade. “Um reflexo claro da gestão não eleita democraticamente”, afirma. “Uma energia muito grande é desperdiçada em pautas sem qualquer importância”, completa.

Rodrigo faz parte de uma articulação dos reitores eleitos, mas não empossados por Bolsonaro. O grupo tem realizado reuniões virtuais regulares e dialoga com parlamentares e ministros do Supremo Tribunal Federal. “Isso tem sido extremamente importante para a nossa resistência”, observa. O professor deposita suas esperanças de assumir o cargo ao qual tem direito em duas ações que tramitam no STF contra as intervenções do governo.

EM MG, DESRESPEITO COM A COMUNIDADE OCORRE DESDE 2019

Em Minas Gerais, uma universidade jovem sofre com uma das mais antigas intervenções sob o governo Bolsonaro. Na Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), criada em 2005, com sede em Diamantina, a nomeação do professor que perdeu a eleição na consulta à comunidade acadêmica e no colégio eleitoral ocorreu em agosto de 2019.

Janir Alves Soares recebeu apenas 5,21% dos votos na consulta à comunidade acadêmica, em maio daquele ano. Entre cinco chapas, ficou em quarto lugar. No Conselho Universitário, obteve apenas nove votos entre 53 e figurou como terceiro colocado na lista triplíce. O professor Gilciano Nogueira, que buscava a reeleição, venceu a consulta com 27,37% dos votos e estava em primeiro lugar na lista triplíce, com 28 votos.

Gilciano atribui a intervenção à exploração política de uma visita do ex-presidente Lula à universidade, em 2017. O professor, reitor à época, lembra que não era ano eleitoral e que a instituição mantém uma relação de gratidão com o petista. “No início, tínhamos oito cursos, se não me engano. Hoje, temos mais de 50 cursos. Esse processo de crescimento ocorreu no período do governo do PT”, afirma. Mas o ex-dirigente faz questão de dizer que nunca fechou as portas para qualquer autoridade. “Se fosse o deputado Bolsonaro, quando ele era deputado, eu receberia”.

O professor também destaca que assumiu uma universidade com muitas dívidas, em 2015, mas chegou ao fim do mandato com as contas equilibradas. Uma postura reconhecida pela comunidade acadêmica nas urnas. Mas não



ARQUIVO SINDIFES

AUDIÊNCIA PÚBLICA da comissão de Educação da assembleia legislativa discutiu a intervenção em 2019

pelo governo. “Hoje, o ambiente é de muito desânimo. É um luto que até hoje não acabou”, classifica Gilciano, em relação à atual gestão.

O ex-reitor teme que as universidades sejam dominadas por uma maioria de interventores, durante o governo Bolsonaro. “Estamos caminhando para uma situação inédita. Precisamos de mais apoio. Infelizmente, este é um assunto

distante da sociedade”, observa.

AÇÃO CONJUNTA

Anielli Lemes, presidente da seção sindical local dos docentes (Adufvjm), ressalta a atuação conjunta com o sindicato dos técnicos e com os estudantes contra a intervenção. “A comunidade recebeu a nomeação com grande repúdio, pois ele não conseguiu nem 6% dos votos da consulta. Houve

bastante resistência”. Faixas e outdoors foram espalhados pelo campus e pela cidade. Antes da pandemia, houve a realização de vários atos e reuniões. Uma delas, uma audiência pública promovida pela comissão de Educação da assembleia legislativa do estado.

Para Anielli, o conselho universitário também está enfrentando o reitor. “O conselho delibera algumas questões e ele muda ou veta o que foi decidido. Ele sempre fala sem se inscrever e comenta muito. As reuniões ficam longas e exaustivas, mas o colegiado está bem combativo”, diz. “Em vez de conversar com a comunidade, Janir vai às rádios e TV locais e fala mal dos conselhos e das entidades, dizendo que não deixamos ele trabalhar. A questão é que ele está trabalhando contra os princípios da universidade”, conclui.

CGU ATACA REITORA DA UFMG

Não são apenas as intervenções e os orçamentos pífios do governo Bolsonaro que infernizam o cotidiano da comunidade acadêmica no país. Uma decisão da Controladoria Geral da União (CGU) contra a reitora da Universidade Federal de Minas Gerais também causou revolta. Publicada no Diário Oficial da União do dia 21, a medida do ministro Wagner Rosário determinava uma suspensão de 20 dias para a professora Sandra Regina Goulart, vice-reitora da UFMG de 2014 a 2018 e reitora desde então. A justificativa seriam supostas irregularidades

descometidas na execução do projeto do Memorial da Anistia Política. A obra, iniciada em 2009, está parada desde 2016. A decisão da CGU foi suspensa no mesmo dia por medida liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho de 2020, segundo a universidade, a Procuradoria da República de Minas Gerais já havia solicitado o arquivamento do processo. O Conselho Universitário da UFMG, a SBPC e todas as entidades representativas de professores, técnicos e estudantes da instituição manifestaram solidariedade à reitora.

INTERVENTÔMETRO

(19) SOFRERAM INTERVENÇÃO:
Nomeado o 2º colocado: **UFES – UFTM – IFSC – UFPI – UFPel – UFSCAR**

Nomeado o 3º colocado:
Unifesspa – UNIFEI – UFRGS – UFFS – UFRB – UFC – UFRS – UFVJM – UFPA

Nomeado não participou do processo:
UNIVASF – UFGD

Nomeado de fora: **CEFET-RJ**

(1) Designada reitora *pro tempore*: **UFS**

(1) **CASO SINGULAR: UNIRIO** – nomeado não participou da consulta, mas venceu no Colégio Eleitoral

(?) (1) **AGUARDA DECISÃO DO PRESIDENTE: IF FARROUPILHA**



Falta de aulas práticas atrapalha formação

> Atividades experimentais, essenciais para vários cursos, estão suspensas por conta da pandemia. Professores se esforçam para adaptar conteúdo para o meio remoto, o que nem sempre é possível

SILVANA SÁ
silvana@adufrrj.org.br

A suspensão das aulas práticas na pandemia ainda desafia professores e estudantes de vários cursos. A adaptação do conteúdo para o meio remoto — e com qualidade — não é fácil para quem ensina e exige compreensão e empenho de quem aprende. Quando a tarefa se revela impossível, as unidades reformulam a grade e deslocam estas disciplinas para o futuro.

Mas não sabem até quando. “O aluno precisa ter a vivência do laboratório”, resume a professora Mônica Ferreira Moreira, do Instituto de Química. A docente se desdobra para adaptar as aulas experimentais ao cotidiano de ensino virtual. Arcou com a compra de microfones de lapela, luzes especiais para gravar os vídeos, mas reconhece que, apesar de ser o melhor que ela e sua equipe podem fazer, há limitações. “Não temos um suporte técnico. Estamos buscando uma forma de não atrasar os estudantes e de proporcionar o conteúdo que eles teriam no curso regular presencial, mas não é a mesma coisa”, pondera.

Na Escola de Belas Artes, a maior parte das aulas práticas foi adaptada, mas há conteúdos em que o encaixe se torna impossível. “Gravura, por exemplo, precisa de prensa. Não dá para fazer remotamente”, afirma a diretora Madalena Grimaldi.

“Compensamos oferecendo disciplinas eletivas e de extensão que os estudantes precisariam cursar em algum momento. É uma forma de adiantar essa parte da grade”, afirma.

“Os estudantes aderiram maciçamente. Mais à frente precisaremos resolver as lacunas deixadas pelo ensino remoto, mas não temos intenção por enquanto de



FERNANDO SOUZA/ARQUIVO ADUFRJ

ESCOLA DE BELAS ARTES adaptou parte dos conteúdos de aulas práticas para o ensino virtual

voltar às aulas práticas”.

Na Escola de Educação Física, outra unidade em que a formação prática é essencial, professores, estudantes e técnicos montaram uma comissão para avaliar os impactos da pandemia. E criaram o fórum “Fluxograma Formandos 2020.2”. A ideia é mapear quem está prestes a se formar e quais disciplinas precisam para a conclusão de seus cursos.

“Não estamos fazendo ensino a distância, que é uma modalidade de ensino específica e requer ferramentas próprias e capacitação. Não fomos capacitados. Estamos em trabalho e em ensino remotos porque somos impedidos a este formato para salvar vidas”, sublinha a diretora Katya Gualter. Para os calouros e estudantes de outros períodos, a ideia é adiar as disciplinas práticas e substituí-las por disciplinas teóricas que seriam cursadas depois. “Uma forma de compensar a grade e não atrasá-los”, explica a diretora.

“Em relação aos concluintes, queremos viabilizar que se formem”, revela Katya. Para eles, se-

ria oferecidas, de forma remota, todas as disciplinas necessárias à formação. “Eles já passaram por um processo de experimentação bastante intenso ao longo de todo o curso”, argumenta. “A gente não pode comprometer a qualidade, não pode comprometer a vida das pessoas e nem represar esses alunos”.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

O GT Pós-Pandemia da UFRJ está mapeando todos os laboratórios e salas destinadas a aulas práticas para calcular o risco de transmissão do vírus nestes espaços e a lotação máxima segura. Os dados dependem do preenchimento, por parte das unidades, de uma longa e detalhada planilha. Cada espaço será classificado com as cores vermelho (alto risco), amarelo (risco médio) e verde (baixo risco).

“A depender da característica do espaço, do curso oferecido, das dimensões, teremos essas classificações e a indicação dos EPIs necessários a cada um deles”, explica a professora Fátima Bruno, coordenadora do GT. “Isto é um planejamento neces-

sário para que a universidade tenha todos os protocolos prontos quando houver condições sanitárias para este retorno”, defende.

A decana do CCMN, professora Cássia Turci, conta que este levantamento foi realizado pelas unidades de seu centro e as informações, enviadas ao GT para análise. Muitos dos cursos possuem disciplinas experimentais que correspondem a até 40% da carga horária total de aulas. “Estamos pensando em 2020.2. Sobre os institutos de Química, Física, Geociências e o Observatório do Valongo têm muitos alunos que precisam dessas disciplinas práticas”, diz.

A professora enfrenta outra preocupação. “Mesmo que a gente consiga articular as aulas experimentais, ainda faltará os trabalhos de campo. Enquanto não estiver todo mundo vacinado, como a gente vai colocar 30, 40 estudantes em um ônibus para percorrer horas de viagem? E depois se deslocarem numa cidade?”, questiona.

FORMATURA

“Para os formandos, as aulas prá-

ticas já eram uma preocupação antes mesmo do PLE (Período Letivo Excepcional) começar”, relata Antônia Velloso, do DCE Mário Prata. Uma das soluções acordadas entre unidades e corpo discente foi a quebra de requisito para cursar disciplinas que dependem de matérias práticas. “Consideramos que esse é um caminho muito importante, mas certamente precisamos ter outros meios de solucionar o problema”, afirma.

Outra frente de atuação é o GT Volta às Aulas, do qual o DCE faz parte. “A partir dos dados do covidímetro (ferramenta que mede a taxa de transmissão da covid-19 no estado, formulada pela UFRJ), a gente discute o que é viável ser realizado pela universidade”, conta a estudante. “No momento, infelizmente, a transmissão está muito alta, o que impossibilita qualquer atividade presencial de grupo”.

FUTURO

Diretora da AdUFRJ e integrante do GT Pós-Pandemia, a professora Christine Ruta acredita que há impactos para a formação que não podem ser medidos no momento. “Temos majoritariamente dois cenários: unidades que suspenderam as aulas práticas e unidades que as adaptaram muito bem para o meio remoto e isto aconteceu porque há uma diversidade muito grande entre os cursos, entre as unidades. E também porque falta muitas vezes suporte tecnológico”, opina. “Com certeza, há impactos para esses alunos e futuros profissionais, mas a universidade precisa se preparar para cenários de outras pandemias, que — tudo indica — iremos enfrentar, e mudanças climáticas. Então, será que o futuro não será esse de pensar estratégias para se adaptar aos novos desafios?”, questiona. “A UFRJ vem fazendo um trabalho cuidadoso e exemplar, apesar de tantas incertezas”.

SEM TESTES DE HABILIDADE ESPECÍFICA EM 2021



Com exceção da Escola de Música, todas as unidades da UFRJ que tradicionalmente exigem o Teste de Habilidade Específica (THE) cancelaram os exames para os candidatos que pretendem ingressar em 2021. A medida decorre do agravamento da pandemia. A Música fará as provas de maneira remota. A decisão foi divulgada pela Pró-reitoria de Graduação no último dia 20.

De acordo com o comunicado, os candidatos aos cursos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Escola de Belas Artes e Escola de Educação Física e Desportos (Bacharelado em Dança) estão dispensados do teste. Os detalhes podem ser encontrados na página da Escola de Música ou no site acessogrduacao.ufrj.br

BIOSSEGURANÇA

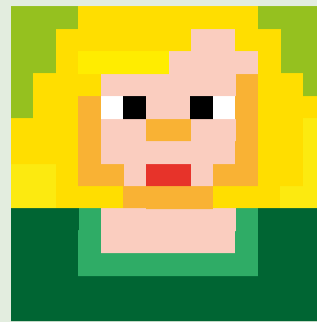
A Escola de Educação Física e Desportos (EEFD) realizou uma live sobre as possibilidades (e limites) para a retomada de atividades práticas, na terça-feira (27). Convidada especial, a coordenadora de Biossegurança do CCS, Bianca Ortiz tirou dúvidas, mas não prometeu milagres. “Nosso foco é a questão da preparação dos ambientes. Mas algumas

atividades, por suas particularidades, não será possível retomar”, disse. “Será preciso avaliar caso a caso, curso a curso”. O bate-papo virtual teve como base o guia de Biossegurança lançado pela UFRJ em outubro passado. O documento (<https://bit.ly/3cljlrj>) enfatiza o tripé: higienização, ventilação e distanciamento físico. (Elisa Monteiro)

Artigo

MARIANA PATRÍCIO FERNANDES

Professora adjunta do Departamento de Ciência da Literatura



FELIPE NETO, UMA VISÃO QUADRADA DA LITERATURA



FELIPE NETO

algo mensurável, unitário e imutável

Às vezes, esse desejo de concretude faz alusão a uma interpretação do método Paulo Freire que também não concordo.

O que estamos vendo, mais do que nunca, é que aprender a lidar com a realidade é aprender a lidar com o que ela tem de bizarro, de estrangeiro, reconhecer a alteridade da qual, inclusive, somos parte. Apropriar-se das palavras e ligá-las ao cotidiano significa disputar a alienação da própria vida produzida por esse mundo mercadoria onde os objetos e os sentidos que circulam não são menos estranhos

que as palavras.

Aprender a ler e a escrever é também poder estar nesse mundo de coisas estrangeiras, em que somos todos estranhos diante de uma norma que, para incluir alguns, precisa excluir a imensa maioria.

Fala-se mal do ensino de literatura e história na escola, mas a verdade é que ele me salvou e acredito que a muita gente, quando a solidão profunda de se sentir uma criança /jovem deslocada em um mundo onde tudo parece hostil podia ser enfrentada abrindo um livro. Como um portal pra longe dali. Pra mim, quanto mais longe no tempo, melhor. Aprendi com Oscar Wilde que era possível odiar as pessoas que amávamos e, com Machado de Assis, que era possível amar as pessoas que odiamos. Foi uma virada e tanto e imagino que minha adolescência teria sido muito pior sem eles, com as quais me sentia acompanhada diante do profundo sentimento de desajuste.

Verdade que José de Alencar sempre foi meio bizarro, mas também de maneiras tortas ensinou muito sobre o modo esquizofrênico de amar do homem branco rico brasileiro, com argumentos insanos como “não estamos preparados para acabar com a escravidão”, explicitando todo o sentimento de superioridade de uma elite que acha que os “de baixo” nunca estão devidamente preparados para serem livres. Como seria ser jovem e não entender onde estamos, em que chão pisamos, e percorrer outras trilhas?

É também com o livro que muitos adolescentes podem formar suas próprias comunidades, quando não se encaixam nem se sentem pertencentes às hegemônicas, encontrar seus pares ainda que

distantes no espaço-tempo, seu estilo, e comecem a construir seu próprio caminho. Se a escola não está lá para abrir essa possibilidade, quase certamente ninguém estará, em um mundo cada vez mais dominado pelo impulso de dominação e pelo horror ao pensamento crítico.

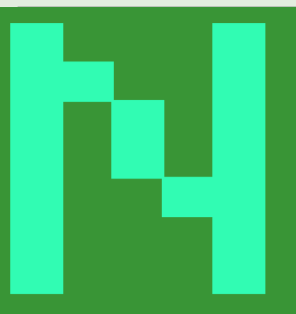
É verdade que, com a ânsia de preparação para o ENEM e o desejo de resultados rápidos, muitas escolas não fazem isso. Não foi com a escola, mas com a minha mãe e minha avó, que aprendi que era normal ser estranho e a lidar com isso, apesar de ter tido excelentes professoras e professores de história e literatura que encontravam suas brechas para nos fazer pensar.

Agora voltamos ao problema que o tuíte do *youtuber* levanta sem revelar. A escola tem muitos problemas, e a maioria deles não começa com ela, mas com a sociedade brutalmente desigual e violenta em que vivemos, que inclusive desvaloriza o ensino e o professor. Em um mundo em que a desigualdade é a norma, a escola muitas vezes reforça os fossos que o estruturam, preocupada menos com a vida dos estudantes e mais com a manutenção do *status quo*. Não só a literatura, mas todas as disciplinas são embaladas e cronometradas de acordo com a necessidade de passar nos exames.

É, no entanto, justamente nesse mundo em que o óbvio é silenciado, a desigualdade naturalizada, que a literatura desponta como um dos canais (evidentemente não o único) que pode fazer circular as vozes e os sentidos que são abafados nessa ordem das coisas. Saber que existem outros modos de pensar, de escrever, de viver, de amar, em outras dimensões do espaço-tempo é coisa de adolescente, sim. Um pouco da sofrência de Álvares de Azevedo pode ajudar a pôr em questão o que diante desse mundo tão bruto andamos chamando de amor. A ironia machadiana é quase tão importante para viver no Brasil como a vacina contra a Covid-19.

Será que, no fundo, Felipe Neto tem medo de que ao encontrarem outros modos de fuga, ele perca seus jovens seguidores e seu lugar de a única voz que compreende a juventude nesse mundo insano? Ou será que com a força e a abrangência de sua voz nos colocou para pensar em como anda nosso sistema de ensino? Talvez seja preciso mais que um tuíte para sabermos.

E uma última pergunta: se Machado de Assis estivesse vivo, como daria vida a esses personagens cada vez mais presentes em nossos cotidianos, os influenciadores da internet, sempre cheios de certezas contundentes sobre todos os assuntos? Provavelmente, a essa altura já estariam todos devidamente encaminhados à Casa Verde de Itaguaí. No fim das contas, o que a literatura pode fazer em um país de tendências autoritárias tão fortes é manter aberto o benefício da dúvida, ajudar a fazer passar o ar onde anda quase impossível respirar.



o domingo de manhã, antes de ficar completamente consciente, acordei pensando na po-

lêmica, que acompanhei de longe e que se destacou na minha vigília de imagens confusas em meio à tempestade de notícias que desabam sobre as nossas cabeças nos últimos tempos. O famoso *youtuber* Felipe Neto fez um tuíte criticando o ensino de Literatura no Ensino Médio.

Dentro de uma corrente na rede social que se chama “crie uma treta literária e saia”, Neto postou que Machado de Assis e Álvares de Azevedo não são para adolescentes e que seria errado forçá-los à leitura nas escolas. Forçar qualquer coisa que seja nunca pode dar certo, mas por que é que o *youtuber* acha que esses autores não são para adolescentes?

A voz do Felipe Neto tem sido uma constante aqui em casa durante essa infinita quarentena. No seu canal de *You-Tube*, ele joga online um jogo chamado *Minecraft* no qual, pelo que entendi, a ideia é construir um mundo onde tudo é quadrado: cachorro quadrado, nuvem quadrada, imagine algo e será quadrado. Nesse mundo idílico, uns zumbis de cabeça quadrada também aparecem de vez em quando, não se entende bem porquê, já que a paisagem parece pacífica.

Enquanto joga, ao mesmo tempo em que destrói zumbis e passeia com seu simpático cachorrinho quadrado, ele vai comentando sobre a atualidade, fala muito em dinheiro, ficar rico e etc, critica o Bolsonaro.

O que chama a atenção no *Minecraft* é sua estranheza. Não há o menor desejo de se conectar com a realidade. Não cessa de me espantar o fascínio das crianças por esse universo pixelado. E essa estranheza é certamente o que faz o jogo interessante.

Parece que o *youtuber* conseguiu a proeza de capitalizar criando uma comunidade de pequeninos que compartilham do fascínio por esse mundo estranho, não só do universo quadrado, mas também esse dos adultos, da política, da economia, da grana.

Durante a pandemia, então, a solidão das crianças pôde encontrar uma fuga nesse outro mundo compartilhado, capitaneado pelo Peter Pan milionário, que ensina como é viver nesse mundo louco, ao mesmo tempo em que joga *Minecraft*.

É notável que, nesses tempos turbulentos, Felipe Neto consiga criar esse canal entrelaçando jogo, reflexão e entretenimento. Entretanto, penso que existem várias maneiras de aprender a viver na estranheza muitas vezes violenta do mundo, e a literatura certamente também é uma delas.

Há, na minha opinião, uma leitura equivocada de que a escola ou qualquer conteúdo dedicado aos jovens precisa ensinar às crianças e adolescentes questões da realidade, como se a realidade fosse



JOSÉ DE ALENCAR



ÁLVARES DE AZEVEDO



MACHADO DE ASSIS



PAULO FREIRE